

# PATRIMÓNIO MEGALÍTICO DO ALENTEJO

## PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO



O processo de classificação do Património Megalítico do Alentejo surgiu em 2020, como proposta urgente e excecional face à sucessão de destruições de monumentos megalíticos em ações associadas a atividades de agricultura intensiva com elevado impacto na paisagem. A urgência residia na importância da preservação de um conjunto patrimonial de interesse único a vários níveis. É no Alentejo que se encontra uma das maiores e mais antigas concentrações dos monumentos megalíticos da Península Ibérica e uma das mais relevantes à escala europeia, sendo este um património inscrito na memória e na vivência das comunidades até aos nossos dias e, por essa razão, um imperativo preservar, estudar e valorizar.

Considerando a dimensão do conjunto patrimonial, o maior processo de classificação desde as classificações iniciais realizadas durante a Primeira República, o procedimento é naturalmente complexo e faseado. Procurou-se abranger a integralidade das ocorrências no processo de abertura do procedimento para posterior aferição do seu estado de conservação em sede de instrução, seguindo a metodologia já antes adotada num caso de alguma forma similar: a classificação das «Linhas de Torres Vedras» como Monumento Nacional.

Como determinado nos procedimentos de classificação, após a abertura do processo são realizadas as diligências instrutórias, nas quais se elaboram os estudos necessários e a revisão dos dados de modo a garantir a rapidez e a eficácia do procedimento de classificação.

### **Fase 1: proposta de abertura de classificação (outubro de 2020 e 25 de fevereiro de 2022)**

Numa primeira fase, entre outubro de 2020 e outubro de 2021, foi reunido todo o *corpus* documental que incluiu não apenas os sítios inventariados no Sistema de Informação (SI) da Arqueologia Nacional da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) o Sistema Endovélico, mas uma aturada pesquisa bibliográfica, cartográfica e arquivística que compulsou uma extensa listagem de monumentos (c. de 25% não constava das bases de dados nacionais).

Este *corpus* foi reunido por uma equipa de trabalho com a colaboração de um grupo de professores e investigadores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL – UNIARQ) – uma parceria estabelecida desde o início do processo com a Direção Regional

de Cultura do Alentejo (DRCALEN) – que possuía um inventário de base resultante de vários projetos de investigação, a que se juntou o contributo dos arqueólogos da Direção Regional e da área de inventário arqueológico da DGPC.

Em face do cariz urgente e excecional, optou-se por incluir uma lista alargada de monumentos para posterior aferição no terreno, no âmbito das diligências instrutórias, tendo em conta o constatado desequilíbrio na informação disponível: existem concelhos com trabalhos de campo recentes e outros com enormes lacunas.

Apresentou-se um extenso *corpus* de mais de 2000 páginas que inclui informação sumária sobre cada um dos sítios, respetivas fontes bem como plantas individuais, dando origem à abertura do procedimento de classificação com carácter de urgência a 25 de fevereiro de 2022. Assim, foi proposta a classificação de 2049 monumentos, verificando-se, à data, que apenas estavam classificados individualmente 135 monumentos no Alentejo.

## **Fase 2: 25 de fevereiro de 2022 a outubro de 2022**

Após a abertura de classificação, a tutela do património recebeu diversos contributos relativamente à localização e estado de conservação de alguns dos monumentos que integram o conjunto do Património Megalítico do Alentejo. Foram ainda integrados 76 novos monumentos que não tinham sido inicialmente incluídos, alguns dos quais recentemente identificados.

Em termos gerais, o processo de classificação do Património Megalítico evidenciou a extrema importância em promover boas práticas de inventário. De facto, deve-se salientar a diversidade dos sistemas de coordenadas em trabalhos arqueológicos oficiais, a existência de muitas localizações apenas com base cartográfica, de problemas na conversão dos sistemas de coordenadas e, sobretudo, de uma sistemática ausência de planos de inventário arqueológico concelhios e regionais.

Anotado o facto de se terem verificado várias imprecisões na localização de monumentos, da identificação de um conjunto considerável de novos sítios e, simultaneamente, de decorrerem diversos processos de revisão de PDM, foi considerado que seria urgente a retificação da lista.

Para o efeito, ao longo de 2022, contou-se com a colaboração de um número avultado de autarquias que disponibilizaram as suas equipas para revisão dos monumentos que

ofereciam dúvidas quer em termos de localização, quer em termos de preservação. A equipa da «Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva» (EDIA) efectuou também uma extensa reavaliação da sua área de influência, contando-se, ainda, com outros investigadores que colaboraram graciosamente nesta tarefa resultando assim numa importante revisão que incluiu os seguintes pontos:

- Trabalho de revisão de campo sobre os monumentos com menos informação: A título de exemplo em Évora dos 72 monumentos que ofereciam dúvidas foi possível – com a colaboração direta da autarquia e investigadores – relocalizar 49, incluindo monumentos apenas registados em mapas oitocentistas.
- Nova triagem da base documental, tendo sido excluídos 497 monumentos. Em muitos casos, trata-se de monumentos escavados, com espólio depositado em Museus (nomeadamente no Museu Nacional de Arqueologia) sendo a sua localização tida como incerta em trabalhos recentes. A referência a estes monumentos mantém-se no SI Endovélico, uma vez que, apesar de não existirem vestígios à superfície, estes podem eventualmente subsistir no subsolo. Uma situação que se verificou em várias antas destruídas e escavadas.
- Aferição da localização através de análise de satélite, de novos trabalhos de campo e análise exaustiva do «Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa» da DGPC. Prosseguiu-se a atualização do inventário do SI Endovélico em termos de localização e descrição. Foram alteradas as localizações de 494 dos monumentos. Veio a estimar-se que cerca de 300 localizações apresentadas pelos arqueólogos em relatórios oficiais apresentados à tutela apresentavam erros de localização e de denominação: em alguns casos o mesmo monumento apresentava diferentes coordenadas nos relatórios produzidos nas diversas campanhas.
- Inclusão de monumentos que não tinham sido inseridos na primeira fase (76), alguns dos quais recém-descobertos e reportados pelas equipas em campo.

**Considerando as alterações efetuadas ao nível da localização e dada a inclusão de novos monumentos, entendeu-se necessário proceder à revogação do despacho que determinou a abertura do procedimento, e simultânea abertura de novo**

**procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano com as retificações acima descritas.**

**O processo vai agora entrar em sede de audiência de interessados e todo o trabalho de revisão permitiu incluir agora 1628 monumentos (135 já classificados) distribuídos pelos 45 concelhos do Alentejo.**

## **SUMULA**

- 25 de fevereiro 2022: proposta urgente e excepcional integra 2049 monumentos procedendo-se, em seguida, às diligências instrutórias, nas quais se efetuou uma revisão completa dos dados em colaboração com autarquias e diversos investigadores.
- 13 de fevereiro 2023: nova proposta integra 1628 monumentos, com a inclusão de 76 novos monumentos e a correcção da localização de 494. Foram excluídos 497 monumentos por insuficiente informação sobre a sua conservação e localização precisa.
- Um trabalho intenso produzido por um vasto colectivo de instituições e investigadores permitiu melhorar exponencialmente o inventário do Património Megalítico do Alentejo, tarefa esta que será prosseguida durante todo o procedimento de classificação, ficando assim salvaguardada a sua urgente protecção legal.